

Análise do discurso da e sob censura

Carla Barbosa Moreira *

Resumo: O objetivo da tese **A censura na ordem do discurso e a ordem do discurso da censura: produção, legitimação e funcionamento** foi analisar a ordem do discurso da/sob censura considerando-se as práticas socio-históricas materializadas na língua. O quadro teórico e metodológico pautaram-se na Análise do Discurso de pecheutiana. O período da ditadura militar no Brasil e do fascismo italiano foram os momentos históricos privilegiados para a análise do discurso constante de jornais brasileiros e de documentos de arquivos de censura permite uma compreensão de um saber censório comum em certas condições de produção.

Palavras-chave: censura; silenciamento; discurso jornalístico.

O estudo da censura no campo do discurso é o objeto em que se debruçou a tese **A censura na ordem do discurso e a ordem do discurso da censura: produção, legitimação e funcionamento**. Neste artigo, pretende-se fazer uma apresentação de seus objetivos, quadro teórico-metodológico e principais contribuições para o campo do discurso e da censura, considerando-se o modo como a tese foi organizada.

Inicialmente, é importante retomar o questionamento mais amplo que se fez, quer seja: há uma parte invariante que motiva e estrutura discursivamente a produção e incidência da censura, ordenando a sua manifestação, institucionalização e funcionamento, e em que condições ela se constitui e é legitimada. Com base neste questionamento, foram analisados o funcionamento da censura e a sua estrutura, buscando compreender teoricamente o processo no qual ela se produz e atinge a ordem do discurso. De forma mais específica, analisaram-se os modos de produção do discurso jornalístico sob e sobre a censura, tendo em vista sua relação indissolúvel com os Aparelhos Ideológicos de Estado. Tratou-se de pesquisar a história dos processos de produção e veiculação de discursos sob a intervenção do Estado e os modos de resistir à censura.

* Pesquisadora do Grupo *Discurso, historicidade e subjetividade: inconsciente e ideologia*, do Diretório dos Grupos do CNPq; Coordenadora do Curso de Letras e Professora do Departamento de Ensino dos Cursos de Graduação da FACISABH; Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMG; Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense com a tese **Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura na ordem do discurso**, orientada pela Prof.^a Dr. Bethania Mariani. E-mail: carlabmor@uol.com.br

Tendo em vista os objetivos gerais e específicos, alguns estudos sobre a censura foram abordados no Capítulo 1 (*Pesquisa sobre censura*) como forma de dar visibilidade ao objeto de pesquisa de alguma forma relacionado ao discurso. Ressalta-se, em muitos deles, o caráter proibitivo dado à censura, aos dizeres que funcionam como “não”, o que acaba por deixar um vácuo no estudo da censura quando é o “sim” que vai silenciando, apagando e naturalizando outros dizeres.

O estudo que Orlandi (1995 [1992]) faz sobre o silêncio, incluindo nele uma reflexão sobre a censura local, serve com propriedade às considerações apresentadas. Esta autora se refere a duas dimensões da relação entre censura e interdição. De um lado, está o impossível, o historicamente não-dizível. Do outro lado da dimensão da interdição, está a censura local, um traço do formulável, porém proibido em certas condições. A censura, para os fins da tese, é tomada em sua materialidade linguística e histórica, ou seja, discursiva (ORLANDI, 1995 [1992]). Particularmente na análise dos discursos sob censura, observa-se que certos dizeres são controlados por uma censura eficaz que só permite ao sujeito ocupar certas posições para significar. Ainda com o foco no silêncio, esta autora chama a atenção para a diversidade de sentidos que ele pode ter, dependendo de suas condições de produção. As análises do discurso da e sob censura realizada permitem compreender que silenciamento e resistência estão em relação, causando diferentes tensões no discurso. Contudo, o trabalho da ideologia – apagar o processo histórico de constituição de sentidos – apaga também tais tensões, criando um efeito de naturalidade e evidência dos sentidos das palavras.

Ao se problematizar censura e ideologia, pode-se recorrer também a Mattos (2005), que inscreve uma e outra na busca pela manutenção de poder e manutenção do sentido único, o oficial, o que leva à produção de instrumentos de controle da liberdade, fazendo da lei uma forma oficial de justificação do abuso que significa o cerceamento do direito à palavra, à formação de expressão.

Os conceitos mobilizados no escopo da Análise do Discurso francesa, principalmente através de Pêcheux (1988 [1975]), que teoriza que a Análise do Discurso não objetiva a mera interpretação, mas a compreensão do modo como o sentido é produzido, constituíram o aporte teórico e metodológico para a análise do discurso da e sobre a censura, na sua relação com a resistência e produção de saberes censórios, bem como contribuíram para a seleção do *corpus*, ambos constantes do Capítulo 2 (*Quadro Teórico-Metodológico*).

Na contramão do trabalho empenhado pela ideologia, as análises pretenderam compreender as filiações de sentidos, gesto possível pela inscrição de elementos que advêm de seu exterior heterogêneo – em certas condições de produção – a um conjunto de sequências discursivas, organizadas, no interior

do *corpus*, através do recorte feito pelo analista, e permitem trabalhar no nível interdiscursivo, pelas repetições. Dito isto, ressalta-se que o *corpus* discursivo, ou seja, aquele sobre o qual incide a análise, foi composto por seqüências discursivas extraídas de matérias jornalísticas constantes do acervo do DOPS durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) e do jornal *Estado de Minas*, o período da ditadura Vargas (1937-194) e os documentos sobre censura referentes ao fascismo italiano (1922-1943). Observe-se que não se considerou uma especificidade temporal ou espacial na seleção do *corpus*, justamente por se acreditar que há uma parte invariante da censura - produzida em certas condições de produção institucionalizadas pelo poder do Estado – que produz saberes censórios similares.

Fez-se então necessário mobilizar a noção de memória discursiva na análise do discurso da censura a partir de Orlandi, que a define como o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2003 [1999]). Investigaram-se os saberes censórios que atravessam práticas discursivas, regulando a produção dos discursos da e sob censura e o controle dos sentidos, numa tensão que tanto busca disseminar a ideologia do Estado quanto resistir a ela. Na teoria em questão, compreender os modos como os sentidos são produzidos impõe gestos de análise mediados pela questão da alteridade (ORLANDI, 2004 [1996]), a partir dos quais se busca desnaturalizar essa mesma produção, considerando os efeitos de sentido próprios do discurso. Tomou-se, assim, uma investigação das diferentes posições assumidas pelos sujeitos do discurso da e sob censura; sujeito que se submete à língua(gem) – mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar(-se) – em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interelação pela ideologia (ORLANDI, 2002).

A compreensão do trabalho da censura através do funcionamento discursivo - adentrando no processo de opacização/desopacização dos sentidos, de completude/incompletude, de censura-resistência – iniciou-se no Capítulo 3 (*Sujeito e administração dos sentidos: a lógica do censor*), mas se estendeu também nos capítulos subsequentes. Entre as questões que se colocaram, destaca-se o trabalho da ideologia na determinação da prática profissional do censor; mas para os fins da tese importou a relação da ideologia com a construção da posição discursiva *censor*. O censor em questão é o profissional a serviço do Regime Militar, formado pelo XII Curso de Formação Profissional de Censor Federal. Suas funções e práticas estão discursivizadas nos documentos produzidos pelos censores – pelos relatórios e pareceres, análise e julgamento -, prática de censura propriamente dita, ou seja, interpretação, controle e alteração dos discursos e obras. É possível dizer que a técnica do exame, como um elemento significativo da microfísica do poder

(FOUCAULT, 2004 [1979]), e é também um fundamento da censura, é a base da função que o censor exerce: uma vigilância permanente dos discursos produzidos.

Na prática discursiva do sujeito na posição de censor – e segundo a análise - há marcas de quem acredita no sentido único, na completude da linguagem, na cristalização dos sentidos, levando-o à utilização de estratégias de interpretação pela lógica e concebendo o discurso como códigos decifráveis. Marcas como *ou seja, logo, significa, isto é, sinal de igual*, bem como uso dos parênteses no meio da interpretação que faziam, eram utilizados com o objetivo de limitar os efeitos de sentido. Dentro dos parênteses, eles apresentavam o único sentido ao qual os outros censores deveriam chegar em seu trabalho de interpretação, a fim de proibir, alterar, fazer cortes, enfim, controlar certos efeitos de sentido. Pode-se conceber essas técnicas de exame e controle como saberes censórios. Mas foi o Capítulo 4 (*Condições político-ideológicas para a produção de saberes e práticas censórias: motivações entre Brasil e Itália*) que se aprofundou na determinação ideológica de regimes autoritários – a saber, Brasil e Itália – para a produção de saberes censórios, que dialogam, se repetem e se renovam. Como esses saberes vão sendo disponibilizados na memória discursiva de diferentes – no espaço e no tempo - arquivos de censura produzindo práticas censórias similares.

Em pesquisa nos arquivos italianos, realizada no *Archivio Centrale dello Stato*, em Roma, foi possível compreender como a difusão da ideologia concebe a censura como estratégia de controle que buscará impor a divulgação das informações de interesse do Estado nos meios de comunicação e anular a difusão de outras. Essa estratégia de controle pauta-se, entre outras, na cooperação entre Brasil – período Vargas - e Itália – fascismo italiano - através de envio de notícias que deveriam ser divulgadas e outros tipos de acordo, os quais buscavam construir imagens que favorecessem esses regimes. Pode-se assim referir à produção de saberes censórios que se assemelham, fazendo prevalecer o desejo de manutenção do poder através de estratégias organizadas e distribuídas em aparelhos que organizavam, administravam e faziam funcionar esses saberes – criando departamentos e profissionais específicos para a realização da censura.

Os arquivos pesquisados se constituíram de documentos cujos dizeres dialogam e cuja construção se fundamenta mais no fim de apagar e silenciar do que de armazenar e constituir memória. Entretanto, tais arquivos acabam por constituir uma memória de saber, uma memória discursiva que nos permite não esquecer; que diz no seu interior o que a censura pretende fazer calar no seu exterior. Privilegiou-se, neste sentido, um espaço de reflexão e discussão teórica concernente à relação entre censura, memória e arquivo. A pergunta que sustentou essa discussão é: por que e como é possível que em diferentes épocas, sociedades, países, sejam realizadas práticas censórias,

estratégias e produzidas leis de justificação tão similares, as quais constituem um saber que se inscreve na memória discursiva acerca da censura?

Foi com base neste questionamento que se percorreu uma memória discursiva acerca da censura a partir de um movimento espaço-temporal. Ele constitui um espaço de memória onde os sentidos vão se regularizando. Debruçou-se, então, na análise do fio discursivo em que a cooperação censória entre Brasil e Itália é discursivizada, privilegiando-se a função da ideologia na constituição de um verdadeiro sistema - de censura -, que se organiza sempre que o Estado, as instituições ou outras fontes de poder se utilizarem, de forma impositiva, do discurso, da informação, dos meios de comunicação, para a sua manutenção e para a disseminação de sua ideologia.

Os documentos dispersos nos diferentes arquivos têm seus discursos passíveis de serem alinhavados pelas semelhanças que os aproximam através de leis, do teor das matérias censuradas, do modo como a censura é praticada, de suas justificações, de sua irrupção; são os dizeres que ecoam em um e outro discurso e que nos fazem retornar para o mesmo. Foi possível afirmar, por assim dizer, que a linearidade não é característica de um arquivo de censura. Para dizer, repetir, renovar, naturalizar, a censura precisa pôr em silêncio, silenciá-la, desmanchar, desnaturalizar, o que quer dizer que a censura desmancha para inscrever; que preenche, com as evidências, as faltas que cria.

As evidências produzidas no discurso, bem como o silenciamento, foram o foco das análises que constam do Capítulo 5 (*Silenciamento e evidenciamento no discurso jornalístico*). Partiu-se da hipótese de que o jornal *Estado de Minas*, um dos maiores jornais de Minas Gerais, estivesse alterando a temática de suas matérias a partir da publicação do AI-5, em 13 dezembro de 1968, tendo em vista o número reduzido de matérias deste jornal que constam do arquivo de censura do DOPS-MG. Para a análise, selecionaram-se as matérias de primeira página do referido jornal compreendidas entre 1º de dezembro e 31 de dezembro de 1968. O resultado da análise apontou um movimento discursivo pautado no evidenciamento de certos temas e silenciamento de outros, a partir principalmente de 18 de dezembro de 1968, data em que normas censórias de publicação jornalística foram enviadas às redações dos jornais mineiros. Mais do que isso esse movimento se fundamentou na construção de imagens positivas sobre a situação social e política em 1968, do Regime Militar e do AI-5, ao mesmo tempo em que outros sentidos foram silenciados. Na compreensão do processo de produção do discurso jornalístico sob censura o foco recaiu no silenciamento, ou seja, na dimensão política do silêncio (ORLANDI, 1995 [1992]). Buscou-se, neste processo, analisar o modo como a ideologia – condição para a constituição dos sentidos e sujeitos - procura neutralizar o sujeito e o seu modo de conceber e representar a ordem social. Para isso, não bastou, contudo, restringir o foco

apenas no silenciamento. Silenciar e evidenciar dizeres são mecanismos comuns da censura.

O evidenciamento de dizeres, o qual se deu com a propaganda política, teve o fim de construir uma imagem positiva do Regime Militar bem como de suas ações decorrentes do AI-5. Inicia-se um processo de retematização que faz referência constante: à importância do Ato Institucional; a uma imagem de perfeita ordem democrática, de força e de positividade nos diversos setores; ao progresso; e à necessidade de re(construção) da imagem do governo. Pode-se dizer, enfim, que sob a força censória, o movimento no espaço do dizível está associado não somente ao silenciamento, mas também à produção de evidências. Ambos são mecanismos de censura, a qual também diz sim/diga isso.

Entretanto, como aborda o último capítulo (*O arquivo do DOPS-MG: censura e resistência*), se há censura, é preciso problematizar a produção de resistências. O Capítulo 6 investigou o discurso jornalístico que consta do arquivo do DOPS-MG e do discurso das normas censórias; são as tensões que se estabelecem na relação entre o discurso da e sob censura o centro das análises. Privilegiavam-se, assim, as relações de força e sentidos em disputa que produzem saberes censórios sobre o que era proibido dizer e o modo de resistir a essas proibições. Esses confrontos ideológicos estão representados, de um lado, pelas normas para execução da censura acerca do que não poderia ser dito; de outro, pelas matérias que constam do arquivo de censura, representando formas de resistência.

Como princípio norteador da relação entre censura e resistência assume-se que ambos “trabalham na mesma região de sentidos” (ORLANDI, 1995, p. 114). Impõe-se sobre o processo de produção histórico dos sentidos o estabelecimento de normas e leis que pretendem controlar o discurso antagônico; o que se produz, de outra parte, são formas muito mais intensas de resistir.

Entre as diferentes formas de resistência, pode-se citar o discurso do *Correio da Manhã* das matérias selecionadas de 1968. A posição de antagonismo ao Regime Militar está marcada de modo a buscar desconstruir o sentido outro, indesejado. As marcas que se materializam no discurso, como a marca *Re* na análise desse discurso, está em relação de oposição aos sentidos produzidos pelas Formações Imaginárias das manchetes do jornal *Estado de Minas* de dezembro de 1968 (*Capítulo 5*). Enquanto o Regime Militar procura naturalizar a ideia de que o Regime assegurava a democracia, o *Correio da Manhã* de 1968 retoma o período anterior ao Golpe através da marca *Re*, buscando naturalizar o sentido de que antes é que a democracia existia: *redemocratização*.

Pelo conjunto de indagações, pesquisa e análises, retoma-se a afirmação de que censurar e resistir, silenciar e evidenciar produzem saberes e

estão sempre em relação. Como forma de controle mais ou menos incisiva do que pode e deve ser dito e do que não pode e não deve ser dito, é a ideologia – e não tão somente a de um Regime, governo ou Estado – que sempre age com o fim de naturalizar sentidos e controlá-los em certa direção. Também a resistência age nesse sentido, ainda que não se trate de um poder institucionalizado. O que se manifesta sempre são, enfim, relações de força e de poder.